

Relatório de gestão

Embaixador Alfredo Camargo

Embaixador do Brasil na Costa do Marfim (2012-2016)

Introdução

A crise político-institucional vivida pela Côte d'Ivoire (Costa do Marfim) por mais de uma década, no período de 1999 a 2011 provocou perda de densidade nos tradicionais laços diplomáticos e de cooperação bilateral com o Brasil. No plano econômico, a Costa do Marfim, pujante até os anos 90, passou a sofrer os efeitos da queda dos preços das matérias primas no mercado internacional, fenômeno que se viu agravado com a crise política do país, que provocou a retirada de investimentos estrangeiros e redundou em expressiva queda do produto interno bruto marfinense. Após o reconhecimento, pelos observadores internacionais, da vitória de Alassane Ouattara nas eleições de 2010-2011, em sequência de guerra civil, que deixou balanço de cerca de 3000 mortos, a nação marfinense passou gradualmente a alcançar estabilidade política e econômica, mediante a pacificação do país, com o apoio da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI), e os esforços em curso em favor da reconciliação nacional.

2.A reconhecida habilidade política do presidente da República Alassane Ouattara nos planos das políticas interna e externa, juntamente com a boa qualidade de sua gestão econômica, tem resultado em rápida retomada do crescimento econômico do país. Com base nessas credenciais e, também, pelo fato de as forças da oposição se

encontrarem profundamente divididas e desorganizadas, o chefe de estado marfinense foi reeleito em outubro de 2015 - com expressiva maioria, da ordem de 83,66% dos votos válidos, em primeiro turno - para o exercício de novo mandato como presidente da República. O resultado do pleito, que contou com observadores internacionais, foi reconhecido pelos próprios candidatos de oposição, que - em gesto significativo - compareceram à cerimônia de sua posse para novo mandato.

3. Ao longo do período em que exerci as funções de chefe da missão diplomática do Brasil em Abidjan (julho de 2012 a julho de 2016), a despeito de sérias limitações de ordem material, financeira e de recursos humanos, a embaixada logrou cumprir relevante agenda de trabalho, como se verá a seguir.

Relançamento das relações bilaterais

4. Ao início de minha missão no posto, em julho de 2012, havia certa percepção - equivocada - entre as altas instâncias do governo marfinense, de que o governo brasileiro teria posição favorável a Laurent Gbagbo, ex-presidente derrotado nas eleições presidenciais de 2010-2011. O ex-chefe de estado fora preso em abril de 2011, tendo sido posteriormente enviado ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, para responder a processo por crimes contra a humanidade. A admissibilidade das acusações contra o ex-presidente foi declarada pelo TPI em 2014 e o processo contra Laurent Gbagbo encontra-se em andamento no tribunal de Haia. Nos meses subsequentes à minha chegada, trabalhei para desfazer esse mal entendido. Os resultados desse trabalho se mostraram frutíferos e

ensejaram a realização de visitas diplomáticas de alto nível, que abriram possibilidades para o relançamento das relações bilaterais.

5.As visitas a Brasília do embaixador Claude Beke Dassys, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em maio de 2013, e do chanceler Charles Koffi Diby, em fevereiro de 2014, constituíram ações particularmente significativas para a retomada das relações diplomáticas entre o Brasil e a Costa do Marfim, e contribuíram para vislumbrar novas possibilidades de aprofundamento e diversificação da cooperação e o intercâmbio entre os dois países.

6.A despeito desses progressos alcançados, é forçoso reconhecer que causou grande frustração para a parte marfinense o fato de o presidente Alassane Ouattara (reeleito em outubro de 2015 para mais um mandato de cinco anos como chefe de estado da Costa do Marfim) não ter sido convidado para realizar visita oficial ao Brasil. Habilidade praticante da diplomacia presidencial, o PR Ouattara manteve encontro bilateral com sua homóloga brasileira apenas uma vez, à margem dos trabalhos de a III Cúpula América do Sul-África, realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em fevereiro de 2013. Essa situação, somada ao fato de a cooperação técnica brasileira ter-se reduzido substancialmente nos últimos anos, tem feito com que o Brasil, em contraste com diversos países desenvolvidos ou emergentes (notadamente França, EUA, Japão, Itália, China, Índia, Turquia e Coreia), não tenha ocupado, até o presente momento, posição de maior relevo nas prioridades da política externa marfinense sob a gestão do presidente Alassane Ouattara.

5. Além de certo ressentimento da parte marfinense com a falta de maior número de visitas bilaterais de mais alto nível, há dois temas que têm obstaculizado a expansão das relações econômico-comerciais entre os dois países:

(a) O embargo às importações de cacau marfinense, na sequência de incidente de ordem fitossanitária, iniciado no segundo semestre de 2012. Esse problema viu-se agravado pela falta de indicações da parte brasileira quanto à perspectiva de seu levantamento, a despeito do fato de as autoridades marfinenses terem adequado suas exportações às normas de controle fitossanitário estipuladas pelo Brasil para a importação dessa matéria prima. A persistência dessa situação gera mal estar e inviabiliza o diálogo com o Ministério da Agricultura e, subsidiariamente, com outras instâncias do governo marfinense, prejudicando inclusive as perspectivas de apoio da Costa do Marfim a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

(b) Incertezas que pairam sobre o perdão pelo Brasil da dívida soberana marfinense (no valor de aproximadamente US\$ 10 milhões), já decidida no Clube de Paris e atualmente em exame no Senado Federal. A falta de aprovação, pelo Legislativo, do perdão dessa dívida marfinense tem como efeito colocar a Costa do Marfim como país tecnicamente em situação de "default" em relação a entidades financiadoras, notadamente o BNDES e o BB-PROEX, o que inviabiliza o financiamento de operações de exportações de bens e serviços de empresas brasileiras para este país, e redundando em presença pouco expressiva do setor empresarial brasileiro no mercado local.

Cooperação técnica bilateral

6. Por ocasião da visita do chanceler Charles Koffi Diby a Brasília, ocorreu a assinatura de instrumento com vistas à viabilização do empréstimo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto Nacional de Estatística (INS) da Costa do Marfim, de 20 050 PDAs para a coleta e compilação de dados estatísticos. Esse empréstimo contribuiu para a realização exitosa, em período extremamente curto de tempo, do 4º Recenseamento Geral Populacional e Habitacional (4º RGPH) da Costa do Marfim. A importância desse exercício pode ser avaliada pelo fato de o recenseamento anterior haver sido realizado em 1998. A cooperação brasileira, mediante o empréstimo dos PDAs, viria a revelar-se de fundamental importância para que o estado marfinense atualizasse a lista eleitoral do país em tempo hábil para a realização das eleições presidenciais de outubro de 2015. A precisão das novas listas eleitorais contribuiu, juntamente com outros fatores de ordem política e securitária (notadamente a presença da missão das Nações Unidas na Costa do Marfim - ONUCI), para que o pleito presidencial transcorresse em clima pacífico e de normalidade democrática - em contraste com as eleições de 2010-2011.

7. Durante sua visita ao Brasil, o ministro Diby manteve encontros com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com o propósito de apresentar as novas oportunidades de comércio e investimentos na Costa do Marfim, no contexto da retomada

do crescimento da economia marfinense. Durante seus encontros no Brasil, o chanceler manifestou o interesse do governo marfinense em estabelecer voo direto entre Abidjan e São Paulo, no contexto dos esforços com o objetivo de impulsionar o intercâmbio comercial e turístico bilateral.

Outros temas de cooperação

8. Em outubro de 2013, a ministra da Educação Nacional, Kandia Camara, efetuou visita de trabalho ao Brasil, à frente de delegação interministerial. A referida missão, organizada com a colaboração do Escritório do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Abidjan, e implementada sob a coordenação do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília, propiciou às autoridades marfinenses condições de conhecer as políticas públicas conduzidas pelo governo brasileiro com o propósito de erradicar a fome e fortalecer a segurança alimentar e nutricional no Brasil, e contribuir para a inclusão social.

9. Como desdobramento da missão da ministra da Educação ao Brasil, o diretor do Centro de Excelência contra Fome, Daniel Balaban, realizou visita de trabalho à Costa do Marfim em fevereiro de 2014. Durante sua visita, o Sr. Balaban manteve reunião de trabalho conjunta com a ministra Kandia Camara e com o Dr. Albert Toikeusse Mabri, então ministro do Planejamento e do Desenvolvimento, acompanhados de altos funcionários de diversos Ministérios do governo marfinense, e foi recebido em audiência pelo Sr. Daniel Kablan Duncan, primeiro-ministro da Costa do Marfim.

10. Por ocasião desses encontros, o Sr. Balaban reafirmou a disposição do Centro de Excelência contra a Fome - bem como do governo brasileiro - de cooperar com o governo marfinense para a formulação e execução de programas de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional na Costa do Marfim. Ao término da visita, o Sr. Balaban foi o principal expositor de Seminário organizado pelo Escritório de Representação do PMA em Abidjan conjuntamente com o Ministério da Educação Nacional sobre alimentação escolar.

11. Por ocasião da visita do chanceler Charles Koffi Diby a Brasília, foi discutida, por iniciativa da parte marfinense, a possibilidade de o governo deste país vir a receber cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por intermédio do Instituto Rio Branco, com vistas à criação de academia diplomática na Costa do Marfim. Essa cooperação poderia dar-se mediante a transferência - a missão técnica marfinense que se deslocaria a Brasília com essa finalidade - de parte da base de dados do Instituto Rio Branco referente a grades curriculares, conteúdos didáticos, bibliografias, perfis profissionais dos Professores e metodologias utilizadas. É de se estimar que, caso implementada, essa ação marcaria o início de cooperação que poderia tornar-se mais robusta a médio e longo prazos.

12. Em julho de 2014, o então ministro da Pesca e Aquicultura do Brasil, Eduardo Lopes, realizou visita de trabalho à Costa do Marfim. Tratou-se essa da única visita ministerial brasileira à Costa do Marfim no período de 2012 a 2016. A referida missão marcou o lançamento do

Projeto "Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura na Costa do Marfim", coordenado pela ABC, e que tem como ponto focal no governo marfinense o Ministério dos Recursos Animais e Haliêuticos (MIRAH). O referido projeto tem sido avaliado por ambas as partes como bem executado e exitoso.

13. Em março de 2015, o então presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Serguei Soares, representou o governo brasileiro, na condição de expositor, na Conferência Internacional sobre a Emergência da África, organizada pelo então ministro do Planejamento e Desenvolvimento, Dr. Albert Toikeusse Mabri - o qual passou a ocupar, desde o início do segundo mandato do presidente Alassane Ouattara, as funções de chanceler. Ao final do evento, o governo brasileiro foi convidado pelo ministro Toikeusse Mabri a participar do Comitê de Seguimento dessa Conferência, que deverá reproduzir-se em outros países, com periodicidade e sedes a serem ainda definidas.

14. No campo da cooperação educacional e científica entre o Brasil e a Costa do Marfim, o governo brasileiro outorgou, no período de 2012 a 2016, mais de 18 vagas em programas de graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), no âmbito do Programa Estudantes Convênio-Graduação (PEC-G) e 3 bolsas integrais para cursos de Mestrado e Doutorado (PEC-PG) a estudantes marfinenses.

15. Em março de 2015, a embaixada organizou, com o apoio da Universidade Félix Houphouët-Boigny, principal Instituição de Ensino Superior da Costa do Marfim, missão acadêmica do Professor Paulo Visentini, Diretor do Núcleo

Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Editor da revista "Austral" (publicação bilíngue, em português e inglês, disponível em versão eletrônica no sítio web <www.ufrgs.br/nerint>, especializada na publicação de artigos acadêmicos sobre as relações Brasil-África. Tratou-se da primeira visita que realizou à África Ocidental. Depois de cumprir ampla agenda de contatos com autoridades locais e representantes de organizações internacionais sediadas em Abidjan, o professor Visentini proferiu palestra para expressiva audiência de alunos dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito e Relações Internacionais da Universidade Félix Houphouët-Boigny. A partir do primeiro semestre de 2016, o CEBRAFRICA deu início à publicação da "Revista Brasileira de Estudos Africanos" (RBEA). A referida revista - de periodicidade semestral, em formato digital e impresso, bilíngue (português/inglês), disponível em versão eletrônica no sítio web <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/index>> - se propõe a estimular a pesquisa, reflexão e difusão de estudos sobre temas africanos, na perspectiva dos grandes debates da agenda de segurança, diplomacia e desenvolvimento da África.

16. Em 2016, a embaixada prestou apoio a missões que o Professor João Bosco Monte, presidente do Instituto Brasil-África, realizou a Abidjan com vistas convidar autoridades marfinenses e do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento para participar da 4ª edição do Fórum Brasil-África, organizado anualmente pela instituição que preside. Em sua mais recente visita, foi-lhe prestado

apoio para manter novos contatos com a Presidência do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento.

17. Mediante carta dirigida a seu homólogo brasileiro, o ministro da Agricultura da Costa do Marfim formulou convite para que o Brasil participe, na condição de "País Convidado de Honra", do Salão da Agricultura e Recursos Animais da Costa do Marfim (SARA), a realizar-se em novembro de 2017, em Abidjan. A referida missiva ainda se encontra pendente de resposta pela parte brasileira. Caso esse convite seja aceito pelo governo brasileiro, é de se esperar que o intercâmbio bilateral no setor do agronegócio tenha crescimento substancial.

Difusão cultural do Brasil e divulgação da realidade brasileira

18. A embaixada manteve contatos regulares com vistas a apoiar o Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Línguas, Culturas e Civilização da Universidade Félix Houphouët-Boigny - principal Instituição de Ensino Superior da Costa do Marfim. Em distintas ocasiões, esta embaixada foi convidada a participar de palestras seguidas de debates com os estudantes dos cursos de Português da Universidade sobre temas relacionados com a cultura e a realidade brasileiras.

19. O posto concedeu, em diversas oportunidades, apoio institucional à "Maison du Brésil", entidade sem fins lucrativos, mantida por cidadã brasileira residente em Abidjan, que realiza apreciável trabalho de assistência a crianças e jovens desfavorecidos. Com o apoio da embaixada, a referida entidade realizou diversos eventos

artístico-culturais beneficentes, notadamente mediante apresentações de seu Grupo de Capoeira, "Olawé", integrado por crianças e adolescentes desfavorecidos.

20. Esta missão manteve boa interlocução com jornais, TVs e rádios da Costa do Marfim, o que contribuiu positivamente para a divulgação da realidade brasileira. Nesse contexto, foram divulgadas regularmente junto à mídia informações relacionadas com a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016. Ademais de entrevistas concedidas aos veículos de prestígio e credibilidade da mídia local, a imprensa marfinense mostrou-se receptiva a publicar - com destaque - artigos de autoridades brasileiras destinados à divulgação da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Proteção e assistência a cidadãos brasileiros na Costa do Marfim

21. Apesar de sérias deficiências de pessoal, motivadas pelo fato de este posto ter deixado de contar - desde outubro de 2014 - com funcionário dedicado exclusivamente à Chefia do Setor Consular, a embaixada trabalhou, com empenho e sacrifício, de forma a cumprir as funções de proteção e assistência à comunidade brasileira residente na Costa do Marfim, que conta com cerca de 150 cidadãos. O volume de trabalho do Setor Consular foi expressivo nesse período, em suas principais vertentes: atendimento ao público, matrículas consulares, emissão de passaportes, realização de atos notariais e concessão de vistos. Foi providenciada a repatriação de uma família inteira de brasileiros desvalidos. A embaixada realizou minucioso trabalho com vistas ao

alistamento eleitoral dos membros da comunidade brasileira residente na Costa do Marfim e realizou, com êxito, os dois turnos da eleição presidencial de 2014.

Aspectos de relevo da evolução da Costa do Marfim nos planos da política interna e externa

22. Após mais de uma década de crise político-institucional, a Costa do Marfim foi pacificada e encontra-se no caminho da reconciliação nacional. A reeleição de Alassane Ouattara como presidente da República, no pleito de 2015, já era esperada. Seu franco favoritismo derivou de dois fatores essenciais, entre outros: (i) sua grande habilidade política, nos planos interno e externo, marcada por elevado sentido de oportunidade e sagacidade, combinada com boa gestão no plano econômico (que resultaram em taxas de crescimento superiores a 8% no período de 2014 a 2015); e (ii) a acentuada desagregação das forças de oposição - as quais se encontravam associadas, no imaginário da população, no momento da eleição presidencial, a período de retrocesso, crise política e falta de diálogo nacional, elementos que o chefe de estado soube explorar com grande habilidade, na forma de gestos conciliadores. A falta de opositores à altura do candidato à reeleição resultou em elevada taxa de abstenção por parte dos eleitores durante o pleito. Não obstante, as eleições transcorreram de forma pacífica e tiveram sua legitimidade e transparência validadas por observadores internacionais.

23. O presidente Alassane Ouattara conduziu sua campanha

eleitoral com a promessa de que, uma vez reeleito, continuaria a atuar com vistas à concretização de duas metas fundamentais: o "reencontro da nação marfinense consigo mesma" e a elevação da Costa do Marfim à condição de país emergente até o ano 2020, quando culminará seu segundo mandato. Desde sua posse para novo mandato presidencial, realizada em novembro de 2015, tem atuado de forma coerente com essas diretrizes.

24.No plano da política externa, o chefe de estado marfinense tem atuado com senso de oportunidade, liderança e descortino, fazendo uso, em grande medida, da diplomacia presidencial, com o duplo propósito de restaurar o prestígio internacional da Costa do Marfim e atrair cooperação, parcerias estratégicas e investimentos, com o objetivo mais amplo de alavancar o desenvolvimento do país. A política externa marfinense, caracterizada por forte pragmatismo e por ações que redundem em ganhos econômicos, tem atuado, de forma proativa, em diversas áreas:

(a) No plano sub-regional, no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, subsidiariamente, dos países do Sahel, a Costa do Marfim tem prestado firme apoio às ações estratégicas das potências ocidentais no campo securitário, com vistas ao combate ao jihadismo. Desde a crise do Mali, em 2013, a Costa do Marfim posicionou-se de forma firme e clara ao lado da França e dos Estados Unidos, potências ocidentais com interesses especiais em relação ao combate ao jihadismo na região subsaariana. Vale observar que, pelo Acordo de Defesa bilateral assinado em 2012, a Côte d'Ivoire (Costa do Marfim) se dispôs a sediar base militar francesa que abriga, desde junho de 2014, contingente

especializado no combate a situações de ameaça à segurança regional. Após o atentado terrorista em Grand Bassam, na Costa do Marfim, em 13 de março de 2016, a cooperação com esses dois países, entre outros, intensificou-se significativamente. A Costa do Marfim atribui grande importância ao fortalecimento da CEDEAO (espaço econômico integrado por 15 países da região, cujas economias, somadas, detém o 20º PIB mundial). Por força de importantes ações diplomáticas que conduziu, em favor da resolução de crises políticas e securitárias regionais (Guiné-Bissau, Mali e Nigéria, entre outras), Ouattara exerceu dois mandatos consecutivos na condição de presidente de turno da CEDEAO (2012-2014).

(b) A Costa do Marfim tem empreendido, com êxito, esforços em favor do estreitamento dos laços diplomáticos, de cooperação e intercâmbio com países desenvolvidos e emergentes. Entre os primeiros, ocupam papel de particular importância na diplomacia marfinense a França e os Estados Unidos, com os quais o atual governo marfinense estabeleceu acordos especiais, mutuamente vantajosos, de cooperação na área securitária. A França é o maior doador individual de recursos a este país, com doações anuais da ordem de 250 milhões de euros (superiores às do conjunto da União Europeia - que são altamente expressivas). No segundo semestre de 2015, 640 empresas francesas estabelecidas na Costa do Marfim respondiam por cerca de 33% do PIB marfinense. De igual maneira, os Estados Unidos recompensam generosamente a cooperação marfinense em prol da segurança regional, mediante doações materiais de expressivo valor. O Japão também presta cooperação expressiva a este país, sob a forma de vultosas doações. As relações com a Itália também

são expressivas. Entre os países emergentes, merecem destaque as relações com a China, a Índia, a Coreia e a Turquia, a Arábia Saudita e, mais recentemente, o Irã. Finalmente, é digna de menção a atuação do Marrocos - que alcançou recentemente a condição de maior investidor externo na Costa do Marfim, com importantes participações em negócios nos setores bancário, imobiliário e de construção civil. O Rei Mohammed VI - com quem o presidente Ouattara mantém especiais laços de amizade - realizou, no período de 2014 a 2015, três visitas a este país, todas com o marcado propósito de incrementar os investimentos dos setores público e privado marroquino na economia marfinense.

(c) Nos planos da diplomacia africana e do multilateralismo, o presidente Alassane Ouattara tem procurado atuar como porta-voz dos países em desenvolvimento em relação aos seguintes temas, entre outros: (i) cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; (ii) apresentação da visão marfinense - e africana - dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (Agenda Pós 2015); (iii) defesa da implementação de mecanismos inovadores de desenvolvimento; (iv) ajuda econômica aos países mais pobres da África; (v) necessidade de resposta aos novos desafios para a paz e a segurança no continente africano, notadamente mediante o combate ao terrorismo; (vi) importância para a África dos temas referentes à saúde e a mudança climática; (vii) reconhecimento pelo apoio recebido em apoio ao combate à epidemia do vírus Ebola - que, cabe ressaltar, não chegou a afetar a Costa do Marfim.

25. Cumpre observar que a Costa do Marfim apresentou sua

candidatura a assento não permanente no CSNU, para mandato de 2018 a 2020, e atribui importância grande importância a esse pleito. A referida candidatura já foi endossada pelo conjunto dos 15 Estados membros da CEDEAO. O Brasil ainda não se posicionou a respeito. Seria desejável que, caso o quadro eleitoral o permita, o Brasil apoie o pleito marfinense, em vista de dois argumentos principais: (i) a crescente expressividade econômica da CEDEAO; (ii) o fato de a África Ocidental, que congrega mais de uma quarta parte dos Estados africanos, constituir região onde são frequentes as ocorrências de crises político-militares, de ordem interna, e securitárias, decorrentes da atuação de grupos terroristas, contexto no qual a diplomacia marfinense desempenha papel construtivo.

Atuação das Nações Unidas: ONUCI e direitos humanos

26. Vale recordar que, por força da crise político-institucional que dividira o território e a população marfinenses a partir de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi chamado a atuar com vistas à pacificação do país, mediante a criação da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI), que compreende dispositivos militar (que conta hoje com 6000 soldados e policiais) e diplomático (chefiada pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e seus auxiliares).

27. O CSNU impôs à Costa do Marfim regime de sanções econômico-financeiras, de embargo para a venda de armas e restrições de viagens. O embargo à venda de diamantes marfinenses no mercado internacional, em conformidade com as regras do Processo de Kimberley, foi levantado em

2014. A proibição da venda de armas leves foi abolida em 2015. Finalmente, por meio da Resolução 2283 (2016), adotada por unanimidade, ao reconhecer os "notáveis progressos" alcançados pela Costa do Marfim em direção à paz duradoura, a estabilidade e à prosperidade econômica, mediante a realização de eleições presidenciais em clima de normalidade democrática, o CSNU determinou o fim do regime de sanções imposto ao país. A Resolução 2284 (2016), também adotada por unanimidade, estendeu, por uma última vez, o mandato da ONUCI até 30 de junho de 2017, endossando o plano de retirada proposto pelo governo marfinense.

28. Como medida complementar, o Conselho de Direitos Humanos da ONU determinou a designação de Relator Independente das Nações Unidas para o fortalecimento das capacidades e da cooperação técnica com a Costa do Marfim no campo dos direitos humanos. O Dr. Mohammed Ayat (Marrocos), atual Relator Independente, designado pelo CDH/ONU em dezembro de 2014 em substituição ao Sr. Doudou Diène (Senegal), tem realizado trabalho competente e construtivo, ao apontar, nos relatórios anuais que apresenta ao CDH/ONU, os desafios e progressos do país no campo dos direitos humanos. Entre os aspectos de particular importância mencionados nos informes do Relator Independente, merecem menção os seguintes:

(a) A falta de divulgação dos resultados da Comissão Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR), cujo relatório final fora apresentado em dezembro de 2014, gerou frustrações. Inconformado com as conclusões e recomendações da CDVR, o presidente Alassane Ouattara determinou a criação da Comissão Nacional para a Reconciliação e a Indenização das Vítimas (CONARIV). Essa

decisão foi criticada pelo Relator como fator prejudicial para a implantação, no país, de sistema de justiça transicional ("transitional justice"). Diversas entidades internacionais de defesa dos direitos humanos criticaram essa medida, que, na prática, poderia resultar no pagamento de indenização às vítimas dos conflitos e seus familiares sem a estipulação da obrigatoriedade de se processarem os responsáveis pelas violações.

(b) Mais recentemente, tem havido diversos fatos novos, positivos, na realidade política e institucional da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), com incidência na melhoria dos direitos humanos do país: (i) a criação do cargo do "Mediador da República"; (ii) a libertação ou retorno do exílio, de personalidades que estavam, até recentemente, sendo processadas pela justiça por atos cometidos no exercício de funções públicas no governo anterior; (iii) a adoção de medidas que contribuem para o fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema jurisdicional do país; (iv) a implementação, pelo governo, de reformas legislativas (novos Código Penal e de Direito Processual Penal); (v) a melhoria, de forma generalizada, ainda que incipiente, das condições para o acesso universal à justiça; (vi) a decisão, anunciada pelo governo, de respeitar as estipulações contidas no Estatuto de Roma (instrumento constitutivo do Tribunal Penal Internacional); (vii) a decisão de se abolir a pena de morte no país.

(c) É motivo de preocupação a falta de progressos significativos em relação a certos temas, notadamente: (i) a necessidade de justiça equilibrada para todos os responsáveis por violações dos direitos humanos (líderes da oposição local e grupos internacionais de defesa dos

direitos humanos denunciam a existência do fenômeno descrito como "justiça em duas velocidades" ou "justiça dos vencedores", que pune ou protege os autores dos crimes em função de sua filiação político-partidária); (ii) a necessidade de urgente melhoria do sistema carcerário; (iii) a importância de acabar com os abusos sexuais contra mulheres e sua impunidade; (iv) a necessidade de proteção das crianças, enquanto grupo particularmente vulnerável.

(d) Os progressos alcançados no âmbito do programa "Desarmamento, Desmobilização e Reinserção", realizado sob os auspícios da ONUCI, contribuíram de forma positiva para a realização das eleições presidenciais de 2015 em clima pacífico e de normalidade democrática. A não implementação desse programa, previsto no Acordo Político de Ouagadougou (2007), configurou um dos fatores que contribuíram para que o conflito pós-eleitoral de 2010-2011 se caracterizasse por inusitada violência para os padrões da Costa do Marfim, país de tradição pacífica.

Aspectos de relevo a respeito da evolução da economia marfinense e oportunidades para negócios para empresas brasileiras

29.A Costa do Marfim constitui a terceira maior economia da África Ocidental, superada apenas pela Nigéria e por Gana. O desempenho econômico do país foi extremamente expressivo no período de 2012 a 2015, com crescimento econômico robusto, superior a 8% ao ano no biênio 2014-2015. Entre 2011 e 2015, o índice de pobreza do país diminuiu de 51% para 46%. A pobreza, o analfabetismo e o desemprego, sobretudo de jovens e mulheres, ainda são elevados neste país.

30. Durante a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2012-2015, o governo marfinense tomou importantes medidas com vistas a melhorar o desempenho econômico do país, tais como: (i) diminuição do endividamento do país, iniciado com a obtenção do perdão da sua dívida soberana no Clube de Paris, em 2012; (ii) consolidação de percepção de que a economia marfinense tornou-se segura e atrativa para os investimentos estrangeiros, após a pacificação do país, a partir de 2011; (iii) adoção de diversas medidas, mediante a aprovação de legislação específica e a assinatura de acordos bilaterais de proteção de investimento com diversos países; (iv) realização de rigorosa gestão macroeconômica; (v) decisão de realizar grandes obras de infraestrutura urbana, bem como de plano de eletrificação de todo o país até 2022. Essas medidas, combinadas, têm contribuído para o fortalecimento da demanda agregada e o crescimento dos investimentos públicos e privados. Cumpre mencionar que o relatório "Doing Business 2015", publicado pelo Banco Mundial, a Côte d'Ivoire figura entre os 10 países que empreenderam, no biênio 2013-2014, o maior número de reformas com o propósito de tornar sua economia mais propícia para a atração de investimentos estrangeiros no biênio 2013-2014.

31. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2016-2020 compreende grandes reformas estruturais com o propósito de combinar crescimento sustentado do setor privado e inclusão social, acompanhadas de transformações estruturais da economia marfinense, com o objetivo mais amplo de alçar a Costa do Marfim à condição de economia

emergente até o ano 2020, com percentual de pobreza substancialmente reduzido.

32.São os seguintes os indicadores de risco da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim), segundo dados de maio de 2016:

(a)risco soberano: B

(b)risco em relação à moeda corrente: BB

(c)risco do setor bancário: B

(d)risco político: B

(e)risco da estrutura econômica: CCC

(f)risco país: B

33. No período de 2012 a 2015, houve expressivo crescimento da produção dos principais cultivos agrícolas do país: cacau (36%), café (16%), castanha de caju (18%) e açúcar (12%), como resultado da implementação de políticas de garantia de preços mínimos aos produtores e de programas de incentivo à produção baseados em parcerias público-privadas. A produção industrial cresceu 10,5%. Os subsetores de manufaturas e de construção civil tiveram crescimento de 10% e 23% respectivamente. No setor de serviços, o segmento de varejo cresceu 7%; o número de assinantes de linhas telefônicas aumentou em 14% e também foi registrado significativo incremento das atividades no subsetor de transportes. Esse desempenho tem sido fruto de reformas destinadas à melhoria do ambiente para negócios, de programas de investimento públicos e do aumento da renda familiar em certos segmentos sociais.

34.A análise da evolução da economia marfinense nos último quinquênio e as perspectivas de seu crescimento sustentado nos próximos anos, conjugada com o crescimento do já significativo número de consumidores do país - que conta com população de 22,6 milhões de habitantes, dos quais 50% residem em zonas urbanas, tendem a indicar que a Costa do Marfim tem condições de se tornar mercado expressivo para a exportações de bens e serviços brasileiros.

35.Para tanto, será necessário contornar dois obstáculos já mencionados, que muito dificultam a atuação de empresas brasileiras neste país: (i) a incerteza quanto ao perdão da dívida soberana marfinense no Clube de Paris, pendente de aprovação pelo Senado Federal - sem a qual o BNDES e o BB-PROEX se veem impossibilitados de financiar operações de exportação de bens e serviços brasileiros para este país, que figura, tecnicamente, em "default" nos registros do Banco Central do Brasil; (ii) a persistência do embargo brasileiro ao cacau marfinense - tema sensível para a Costa do Marfim, maior produtor mundial dessa matéria prima, redundando em consequências no plano diplomático (falta de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais) e - caso se prolongue essa situação indesejável - também no campo econômico-comercial (a possibilidade de exclusão de empresas brasileiras de concorrências públicas para a realização de grandes obras de construção civil).

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD-FAD)

35.Em setembro de 2014, o Grupo Banco Africano de

Desenvolvimento - que compreende, ademais do BAD, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o "Nigeria Trust Fund" - voltou a instalar sua sede em Abidjan. Vale recordar que, em 2003, o BAD havia transferido temporariamente suas instalações para Túnis, em decorrência da deterioração das condições de segurança na Costa do Marfim.

36. Desde a reinstalação do Grupo BAD em Abidjan, esta embaixada trabalhou ativamente no acompanhamento de assuntos de interesse para o governo brasileiro junto àquela instituição, nas seguintes modalidades:

(a) Apoio à participação do Sr. Rafael Ranieri (SEAIN/MPOG), "Deputy governor" do Brasil, na 50ª Reunião Anual do Grupo BAD, realizada em Abidjan, no período de 25 a 29 de maio de 2015, durante a qual o Dr. Akinwumi Adesina (então ministro da Agricultura da Nigéria) foi eleito presidente da referida instituição.

(b) Participação, na condição de representante das autoridades brasileiras competentes, na cerimônia de posse do Dr. Akinwumi Adesina como presidente do Grupo BAD, realizada em 1º de setembro de 2015.

(c) Participação na 1ª reunião da 14ª Recomposição de Capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF-14), realizada em Abidjan, em 17 e 18 de março de 2016, a pedido do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Secretaria de Estado. Em cumprimento a instruções da Secretaria de Estado, a embaixada representou o Brasil na referida reunião e apresentou o

posicionamento das autoridades brasileiras em relação aos temas em debate na agenda. A embaixada também deverá representar o Brasil na 2ª reunião da 14ª Recomposição de Capital do FAD, que deverá se realizar em Abidjan em 30 de junho e 1º de julho de 2016.

(d) Interlocução junto ao Grupo BAD, com vistas ao intercâmbio de informações referentes aos pagamentos devidos pelo governo brasileiro ao BAD e ao FAD. Levantamento feito junto ao Grupo BAD permitiu evidenciar o que segue: (i) o governo brasileiro encontra-se em atraso com seus pagamentos anuais junto ao Grupo BAD; (ii) o "Trust Fund" do Brasil junto ao BAD está totalmente desprovido de recursos; (iii) as autoridades brasileiras competentes ainda não indicaram se contribuirão para a 14ª Recomposição de Capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF-14).

37. Os atrasos nos pagamentos dos compromissos financeiros junto ao BAD e a falta de contribuições tempestivas ao FAD (destinado a financiar os esforços de desenvolvimento dos países mais pobres do continente) tendem a ser recebidos como sinal da relativa pouca importância que as relações com os países africanos ocupariam na agenda da política externa brasileira. Conquanto essas percepções sejam equivocadas, o atraso do pagamento das anualidades e a falta de contribuições tempestivas e minimamente significativas para o FAD não contribuem para a projeção de imagem positiva do Brasil no continente africano.

38. É digna de menção, como exemplo de ação que contribuiu para dar tom mais positivo às relações entre o

Brasil e o Grupo BAD, a realização, pelo BNDES, no segundo semestre de 2015, no Rio de Janeiro, do seminário de negócios "Africa Week", que contou com a participação de alguns funcionários do Banco, bem como de empresários brasileiros e africanos. O encontro, cuidadosamente organizado, resultou muito exitoso e foi muito elogiado por membros da alta direção do BAD com quem manteve encontros. A reprodução desse tipo de evento, possivelmente com o apoio da APEX-Brasil, tenderia a redundar em benefícios tangíveis para a expansão do intercâmbio comercial e de investimentos com a África. No que concerne especificamente à Costa do Marfim, onde o Brasil tem sido percebido, em certa medida, como "grande ausente" dentre os países desenvolvidos e emergentes, medidas dessa natureza contribuiriam significativamente para expandir as relações econômicas e comerciais bilaterais.

Organização Internacional do Cacau (OICACAU)

39.No período de 23 a 27 de março de 2015, realizou-se em Abidjan a 91ª Sessão Regular do Conselho e Órgãos Subsidiários da Organização Internacional do Cacau (OICACAU). Por orientação da Secretaria de Estado, a Delegação brasileira à Reunião foi Chefiada por diplomata do posto. A questão da transferência da Sede da OICACAU para Abidjan, que foi tratada durante a reunião em epígrafe, motiva esta embaixada a examinar algumas questões relacionadas com a Organização em epígrafe:

(a) A falta de ratificação, pelo Brasil, do Acordo Internacional do Cacau 2010 (AIC 2010) tem redundado em problemas para a plena participação do Brasil nos

trabalhos da Organização. O Acordo foi assinado pelo governo brasileiro, mas encontra-se pendente de aprovação no Congresso Nacional. O Diretor-Geral da OICACAU, o marfinense Jean-Marc Anga, logrou estender, até o ano de 2015, o status de Estado membro ao Brasil e a outros países que ainda não ratificaram o referido instrumento, com base em um "acordo de cavalheiros". Não obstante, passados mais de cinco anos desde a assinatura do AIC 2010, a falta de ratificação do instrumento tornou delicada a situação do Brasil, em vista da objeção de outros Estados membros à prolongação indefinida desse "modus vivendi". Como corolário dessa mudança de status, os delegados do Brasil não têm direito a participar, sequer na condição de observador, das reuniões do Comitê Administrativo e Financeiro da entidade.

(b) A transferência da Sede da OICACAU para Abidjan, capital do maior país exportador de cacau do mundo, viria a ser aprovada na 92ª Sessão Regular do Conselho e Órgãos Subsidiários da Organização, realizada em Londres, no período de 21 a 25 de setembro de 2015. Para obter essa transferência, oficialmente relacionada com a necessidade de reduzir os custos de manutenção da Sede da Organização, o ministro do Comércio da Costa do Marfim, Jean-Louis Billon, fez pronunciamento, durante a 91ª Sessão, realizada em Abidjan, no qual reafirmou o compromisso do governo marfinense de disponibilizar gratuitamente, pelo período de dez anos, edifício de escritórios - com superfície útil de 1.600 m² - para abrigar o Secretariado e doar terreno de 10.000 m² para a construção da Sede definitiva da Organização. Segundo informação obtida junto ao ministro do Comércio da Côte d'Ivoire, Jean Louis Billon, a transferência da Sede da

OICACAU se daria gradualmente, devendo estar concluída até 31 de março de 2017.

39.Em vista da iminente transferência da OICACAU para a capital marfinense, para que o governo brasileiro possa participar de forma substantiva desse importante foro econômico, seria importante a aprovação, pelo Legislativo, do Acordo Internacional do Cacau 2010, a fim de tirar o Brasil da situação em que se encontra atualmente, impedido de participar das deliberações do Comitê Administrativo e Financeiro.

Combate à pirataria no Golfo da Guiné (Reunião G7+FGoG)

40.A embaixada prestou apoio à participação do Capitão-de-Fragata Paulo Antonio Santos Siqueira, Assessor Técnico da Marinha do Brasil junto à União Africana (UA), participou da Reunião do G7 e Amigos do Golfo da Guiné (G7+FGoG) sobre Segurança Marítima no Golfo da Guiné, realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, em Abidjan. Foram os seguintes os principais temas tratados na reunião:

(a) Foi anunciado que o espaço marítimo entre Angola e Senegal havia sido dividido em diversas áreas de controle marítimo, e que cada uma delas deverá possuir um Centro Multinacional de Coordenação (CMC) Marítima.

(b) Além dos CMC, as Comunidades Econômicas Regionais (REC) CEDEAO e CEEAC, terão seus próprios Centros, que, por sua vez, receberão as informações dos CMC

pertencentes àquela REC. Estes centros são o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) e o Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO) que repassarão as informações para o Centro Inter-regional de Coordenação CIC, inaugurado em setembro de 2014, com sede em Yaoundé.

(c) O CRESMAC, situado em Pointe-Noire (República do Congo), já se encontra limitadamente operacional. O Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO), com sede em Abidjan, já conta com instalações provisórias (fruto da cooperação securitária proporcionada pelo governo francês), foi inaugurado no primeiro semestre de 2016, mas ainda não está operacional.

(d) As ações de roubos de navios e cargas em águas territoriais, mais comuns nesta região, continuam ocorrendo, ainda que com menor frequência em comparação a anos anteriores.

(e) Em que pese o fato de a maioria dos Centros Multinacionais, Regionais e Inter-Regional terem sido inaugurados, ainda não se encontram plenamente operacionais. Em geral, todos carecem de equipamentos e pessoal qualificado para desempenhar as funções.

46. O governo marfinense atribui grande importância à cooperação com vistas ao combate à pirataria no Golfo da Guiné, em especial em suas águas territoriais. Gestos de cooperação da parte brasileira em relação a esse projeto, na forma de capacitação de pessoal para tornar operacional o Centro Regional de Segurança Marítima da

África Ocidental (CRESMAO), sediado em Abidjan, seriam muito apreciados pelo governo deste país.

Lotação do posto

47.0 aumento das responsabilidades desta embaixada, que, ademais de suas funções primárias, relacionadas com as relações com a Costa do Marfim (país que, conforme já exposto, vem recuperando rapidamente sua relevância diplomática, estratégica e econômico-comercial no âmbito da África), passou a acompanhar, subsidiariamente, os trabalhos do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, e deverá exercer, a partir do primeiro semestre de 2017, funções de representação junto à Organização Internacional do Cacau (OICACAU), torna imperioso o reforço da lotação de pessoal no posto.

48. O reforço de lotação sugerido para dotar esta embaixada de condições de funcionalidade para o desempenho de suas novas responsabilidades seria o seguinte: (i) um terceiro diplomata, da classe de Secretário - para auxiliar o Chefe e o Subchefe da missão no acompanhamento dos temas de promoção comercial e investimentos, cooperação técnica, educacional, cultural e de divulgação; (ii) dois Oficiais de Chancelaria, destinados aos Setores Consular e de Administração e Contabilidade; (iii) dois Assistentes de Chancelaria, para os setores de Comunicações, Arquivo e Mala diplomática.

Conclusão

49. Ao término de minha missão como Embaixador na Côte d'Ivoire, deixarei o posto com a sensação do dever cumprido. Considero que, no plano das relações diplomáticas bilaterais, legarei ao meu sucessor condições mais propícias para o desempenho de seu trabalho. O governo da Costa do Marfim tem grande interesse em intensificar suas relações com o Brasil e, tão logo sejam removidos alguns óbices, relatados nas páginas precedentes, meu sucessor poderá dar continuidade o processo de aprofundamento, diversificação e expansão das relações bilaterais com este país - que oferece diversas janelas de oportunidade para a melhoria da inserção do Brasil no continente africano. O retorno da sede do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento a esta capital constitui aspecto favorável, que poderá ser explorado de forma muito positiva.

48. Não poderia deixar de registrar, igualmente, meu reconhecimento pelo constante apoio recebido da Secretaria de Estado e pela competente e dedicada colaboração recebida do meu ministro-conselheiro, ministro Pedro Etchebarne, cujo concurso me tem sido inestimável. Os funcionários e contratados locais da embaixada em Abidjan, que também contribuíram de forma decisiva para o desempenho de minha missão, merecem aqui menção de estima, respeito profissional e agradecimento.